

Constitucionalidades de Normas Federais

(Seleção de decisões noticiadas no Informativo STF - Decisões publicadas no Diário Oficial da União, Seção 1, no período compreendido entre 15 de maio e 14 de junho de 2000)

ICMS e operações interestaduais: é legítima a incidência do ICMS sobre a operação de compra de combustível, em outro Estado, por empresa, para uso próprio. A imunidade tributária constante do art. 155, § 2º, X, "b", da CF/88, beneficia o Estado destinatário do produto, não o consumidor. [Informativo do STF nº 189](#)

Reforma agrária: invasão de imóvel por membros do Movimento dos Sem-Terra configura força maior, ficando obstado, assim, o reconhecimento de eventual estado de improdutividade que justificaria a declaração do interesse social para fins de reforma agrária. [Informativo do STF nº 189](#)

Reajuste de categoria em separado: possibilidade. [Informativo do STF nº 189](#)

Arguição de descumprimento de preceito fundamental: caráter subsidiário. [Informativo do STF nº 189](#)

Procuração em ADIn: necessidade de procuração com poderes específicos quando a inicial é subscrita por advogado ou procurador de pessoa jurídica de direito público legitimada à ação direta. Aplicabilidade desse entendimento inclusive às ações diretas ajuizadas nas quais esteja pendente a análise de pedido de liminar. [Informativo do STF nº 190](#)

Imposto de renda e atualização monetária (Lei nº 7.738, de 1989): constitucionalidade. [Informativo do STF nº 190](#)

Improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92): inexistência de vício formal. [Informativo do STF nº 191](#)

Mandado de Segurança, extensão de gratificação e lei em tese: impossibilidade de, em sede mandamental, pleitear-se a extensão de benefícios, não havendo similitude entre a espécie e o chamado "caso dos 28,86%". [Informativo do STF nº 191](#)

Licença maternidade e adoção: expressão "gestante" constante do inciso XVIII do art. 7º da CRFB/88. Impossibilidade de interpretação analógica. [Informativo do STF nº 191](#)

Concurso público para provimento de cargos de delegado: razoabilidade da exigência de altura mínima. [Informativo do STF nº 191](#)

Quinto constitucional: em tribunais cuja divisão por cinco do número de membros resulte fração – não importando que a fração seja inferior a um meio – o arredondamento, necessariamente, será para o número inteiro diretamente acima do fracionário encontrado. [Informativo do STF nº 192](#)

Emenda parlamentar, vício de iniciativa e aumento de despesa: impossibilidade de emenda parlamentar – que implique aumento de despesa – em projeto de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo (art. 61, § 1º, II, "a", c/c o art. 63, I, ambos da CRFB/88). Informativos do STF nºs [189](#), [190](#), [191](#)

Obs.: vale ressaltar que o STF entende que o vício de iniciativa é sanado pela sanção do Chefe do Poder Executivo (Verbete nº 5 da Súmula do STF), desde que a emenda parlamentar não implique aumento de despesa (art. 63, I, da CF/88), o que ocorreu no caso em epígrafe (vide, a propósito, a ADIn nº 546-4/DF, Rel.: Min. Moreira Alves, DJ de 14.04.2000, cuja Ementa assim

sintetiza a matéria: "Não havendo aumento de despesa, o Poder Legislativo pode emendar projeto de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, mas esse poder não é ilimitado, não se estendendo ele a emendas que não guardem estreita pertinência com o objeto do projeto encaminhado ao Legislativo pelo Executivo e que digam respeito a matéria que também é da iniciativa privativa daquela autoridade"). O [Informativo do STF nº 192](#) noticia caso similar, onde o Tribunal entendeu configurada ofensa, por falta de pertinência temática, à competência privativa de Tribunal de Justiça para propor, ao respectivo Poder Legislativo, a criação de cargos de juízes e a alteração da organização judiciária.